

Francisco propõe ideais para uma Europa cansada

Na sua viagem a Estrasburgo, no passado dia 25 de novembro, o Papa Francisco pronunciou discursos no Parlamento Europeu e no Conselho da Europa. Foram muito comentadas as suas referências aos imigrantes (“Não se pode tolerar que o mar Mediterrâneo se transforme num grande cemitério”), aos pobres, à necessidade de políticas solidárias. Mas o Pontífice não se ficou pela superfície das evidências, tendo sim apresentado um diagnóstico mais profundo sobre os problemas das sociedades europeias.

O Papa Francisco pronunciou os seus discursos, como recordou ele próprio, 26 anos depois de João Paulo II se ter dirigido às duas mesmas instituições, a 8 e 11 de outubro de 1988. Na altura, ainda existia a Cortina de Ferro, e o Papa polaco fez um forte apelo à unidade do continente, para que a Europa respirasse “pelos seus dois pulmões”, o oriental e o ocidental.

Já não existe muro de divisão, e a maior parte do centro e do leste europeus, antes sob domínio comunista, estão até integrados na União Europeia. “No entanto”, disse Francisco ao Parlamento Europeu, “uma União mais ampla, mais influente, parece estar acompanhada pela imagem de uma Europa algo envelhecida e reduzida, que tende a sentir-se menos protagonista num contexto que a encara muitas vezes de modo distante, desconfiado e, talvez, com suspeita”.

O Papa referiu-se a sintomas visíveis. “Juntamente com o processo de alargamento da União Europeia, tem vindo a crescer a desconfiança dos cidadãos em relação a instituições consideradas distantes, que se dedicam a estabelecer regras que se sentem afastadas da sensibilidade de cada povo, e até prejudiciais. De muitos lados se recebe uma impressão geral de cansaço, de envelhecimento, de uma Europa idosa que já não é fértil nem tem vivacidade. No que se refere aos grandes ideais que inspiraram a Europa, parecem ter perdido força de atração, a favor dos tecnicismos burocráticos das suas instituições”.

A esta Europa quer levar o Papa argentino “uma mensagem de esperança e alento”.

Direitos individualistas

Francisco recordou os ideais dos pais fundadores da União Europeia: paz entre os povos do continente, baseada no respeito pela dignidade do homem. Este projeto traduziu-se na promoção dos direitos humanos. Aqui reside a principal contribuição do Papa nos seus discursos em Estrasburgo. Os direitos humanos são uma bandeira que todos levantam; mas Francisco advertiu que enfraquecem quando são mal entendidos e mal usados, como sucede hoje na Europa (e na América do Norte, poder-se-ia acrescentar).

Este é o diagnóstico do Papa: “Existe hoje a tendência para uma reivindicação sempre mais ampla dos direitos individuais – estou tentado a dizer individualistas –, que esconde uma conceção da pessoa humana desligada de todo o contexto social e antropológico, quase como uma *mónada* (μονάς), cada vez mais insensível às outras *mónadas* em seu redor. Parece que o conceito de direito já não é associado ao de dever, igualmente essencial e complementar, daí se afirmarem os direitos do indivíduo sem ter em conta que cada ser humano está unido a um contexto social, no qual os seus direitos e deveres estão ligados aos dos outros e ao bem comum da própria sociedade”.

Não se pode negar que a Europa das liberdades apresenta no seu seio, simultaneamente, penosas formas de miséria e falta de solidariedade. Em diversos momentos, o Papa aludiu à solidão de muitos idosos, a tantas crianças que não vivem com pai e mãe, aos imigrantes que tentam atravessar o Mediterrâneo, aos doentes terminais, aos que estão há anos no desemprego e aos jovens que nunca tiveram emprego... Tendo em conta o que afirmou sobre diversas manifestações de pobreza, um jornalista no voo de regresso a Roma, perguntou-lhe se se poderia designá-lo por “um Papa social-democrata”. Francisco recusou a etiqueta, e precisou que as suas palavras vinham do Evangelho e da tradição cristã: “Não me afastei da doutrina social da Igreja”.

Não é social-democracia, mas uma visão mais profunda do que a de qualquer corrente política.

Liberdades burguesas

Como salienta Francisco, a ideia e o exercício atuais dos direitos encontram-se manchados de individualismo. As políticas que nestes tempos passam por expansões de direitos, concentram-se no terreno das opções individuais.

Esta ampliação formal do espaço da escolha não leva em conta as condições reais do exercício da liberdade. Dizer que uma mulher é livre para abortar, torna-se um sarcasmo se ela é abandonada à sua sorte e com a alternativa de assumir sozinha a criação do filho. Dar licença ao doente incurável para pedir a eutanásia pode significar submetê-lo a pressões para que nos deixe: “podes suicidar-te se quiseres” tende a aproximar-se de “não me interessa se vives ou não”. É uma liberdade de plástico a dos adolescentes que têm relações sexuais sem a maturidade necessária, sem saber o custo emocional que vão pagar.

São liberdades burguesas, poderíamos dizer: uma permissividade da qual pode mais facilmente beneficiar quem está em posição de vantagem, e que deixa desprotegidas as pessoas frágeis. Mas “burguesas”, não porque sejam próprias de liberais: na Europa atual, também governos e partidos socialistas, conservadores ou verdes promoveram a mesma coisa. Pelo contrário, Francisco propôs outra política aos eurodeputados: “cuidar da fragilidade das pessoas e dos povos”, em vez da visão “privatista” que conduz à “cultura do descarte”.

Os pratos partidos

Está na hora de reconhecer a enorme fatura que nos está a passar o individualismo, como fez recentemente Evelyne Sullerot (cfr. “Feministas de siempre dan un giro a su mensaje”, “Aceprensa”, 3.10.2014), que se escandaliza com a proliferação de divórcios e abortos. Mas ela – como outros – não admite que o erro estivesse no próprio princípio, e os pratos partidos são interpretados como desvios paradoxais da libertação original. Quando alguns se indignam com o aumento de crianças maltratadas por padrastos ou se interrogam de onde vêm tanto assédio e violência sexual na juventude (cfr. “Las actitudes sexistas en los jóvenes”, “Aceprensa”, 26.11.2014), talvez devessem lembrar-se das facilidades que foram dadas para partir os pratos.

Suscitar as mudanças de atitude necessárias para retificar o rumo, naturalmente não se pode fazer por lei ou através da força pública. Mas quem pretende persuadir os jovens de que o sexo seja reservado para o casamento, será denunciado e ridicularizado pelos guardiães da correção política, como inimigo da liberdade. Enquanto isso, os códigos penais engordam e endurecem à medida que a libertinagem gera delinquência. Instaura-se um novo moralismo de carimbo

sanitário. Temos assim maiorias de idade paradoxais: mais baixa para consentir relações sexuais do que para comprar cerveja. Um Estado de grande dimensão que regula minuciosamente a etiquetagem dos doces para crianças, pelo contrário, parece impotente em face da queda do casamento e da natalidade.

Política de consumo

Nas raízes desses fenómenos, Francisco descobre também algo que quis sublinhar aos parlamentares europeus: “o domínio das questões técnicas e económicas no centro do debate político, em detrimento de uma orientação antropológica que seja autêntica”. Os políticos que se encontram presos à permissividade, incapazes ou receosos de invocar ideais, não sabem propor o melhor. Aspiradores de sondagens, eles prometem consertar o país através de leis e de eficácia administrativa, sem pedir nada às pessoas.

Onde a política se reduz à gestão do bem-estar, os eleitores são clientes. Se se preocupam com a imigração, é-lhes prometida maior dureza. Em tempos de crise, sairão para a rua a reclamar os seus interesses: cada grupo os seus, em protesto contra os cortes que a cada um afetam.

O apelo do Papa aos parlamentares europeus pode ser aplicado por todos os cidadãos. “Queridos Eurodeputados, chegou a hora de construirmos juntos a Europa que não gire em torno da economia, mas da sacralidade da pessoa humana, dos valores inalienáveis”. Esta é uma mensagem de esperança, que irá sendo realizada com mais solidariedade da parte de todos, mais dedicação de energias a iniciativas em favor do bem comum. Como recordou Francisco no seu outro discurso ao Conselho da Europa, esses esforços aconteceram e continuam a acontecer – com “obras educativas, assistenciais e de promoção humana”, e também “através da atividade empresarial” – graças ao impulso do espírito cristão. Por isso, *A Velha* e fatigada Europa dispõe aí, na fé que tanto contribuiu para lhe dar forma, de uma vigorosa fonte de ideais para o seu rejuvenescimento.

R. S.

Uma política que coloque a pessoa humana no centro

Selecionamos alguns parágrafos dos discursos do Papa em Estrasburgo a 25.11.2014. Se não houver sinal específico, são retirados daquele que dirigiu ao Parlamento Europeu.

Direitos humanos

É vital aprofundar hoje uma cultura dos direitos humanos que possa unir com sabedoria a dimensão individual, ou melhor, pessoal, com a do *bem comum*, com esse “*todos nós*” constituído por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social. Com efeito, se o direito de cada um não está harmoniosamente ordenado para o bem maior, acaba por ser concebido sem limitações e, conseqüentemente, transforma-se em fonte de conflitos e de violências.

[Ao Conselho da Europa:] *A verdade faz um apelo à consciência (...)* Sem esta busca da verdade, cada um converte-se em medida de si mesmo e dos seus atos, abrindo o caminho para uma afirmação subjetiva dos direitos, pelo que o conceito de direito humano, que tem em si mesmo um valor universal, é substituído pela ideia do direito individualista. Isto conduz a um substancial descuidar dos outros, e a fomentar essa *globalização da indiferença* que nasce do egoísmo, fruto de uma conceção do homem incapaz de acolher a verdade e viver uma autêntica dimensão social.

Solidariedade

Falar da dignidade transcendente do homem, significa apelar à sua natureza, à sua inata capacidade de distinguir o bem do mal, a essa “bússola” inscrita nos nossos corações e que Deus imprimiu no universo criado; significa sobretudo olhar para o homem não como um absoluto, mas como um *ser relacional*. Uma das doenças que vejo mais estendidas hoje pela Europa é a *solidão*, própria de quem não tem qualquer laço. Vemos isso nomeadamente nos idosos, muitas vezes abandonados ao seu destino, como também nos jovens sem pontos de referência e de oportunidades para o futuro; vemos igualmente nos numerosos pobres que povoam as nossas cidades e nos olhos perdidos dos imigrantes que vieram para cá em busca de um futuro melhor.

(...) A isso associam-se alguns estilos de vida algo egoístas, caracterizados por uma opulência insustentável e muitas vezes indiferente pelo mundo circundante e, sobretudo, pelos mais pobres. Constata-se com amargura o predomínio dos temas técnicos e económicos no centro do debate político, em detrimento de uma orientação antropológica autêntica. O ser humano corre o risco de ser reduzido a uma mera engrenagem de um mecanismo que o trata como um simples bem de consumo para ser utilizado, pelo que – lamentavelmente o percebemos com frequência –, quando a vida já não serve para esse mecanismo, descarta-se sem escrúpulos, como no caso dos doentes, dos doentes terminais, dos idosos

abandonados e sem atenções, ou das crianças assassinadas antes de nascerem.

Afirmar a dignidade da pessoa significa reconhecer o valor da vida humana, que nos é dada gratuitamente e, por isso, não pode ser objeto de troca ou de comércio. Vocês, na vossa vocação de parlamentares, são chamados também a uma grande missão, mesmo que possa parecer inútil: Preocupar-se com a fragilidade, com a fragilidade dos povos e das pessoas. Cuidar da fragilidade, significa dizer força e ternura, luta e fecundidade, no meio de um modelo funcionalista e privatista que conduz inexoravelmente à “cultura do descarte”.

Transcendência

[O fresco “A Escola de Atenas”, de Rafael] parece-me uma imagem que descreve bem a Europa na sua história, feita de um permanente encontro entre o céu e a terra, onde o céu indica a abertura ao transcendente, a Deus, que caracterizou desde sempre o homem europeu, e a terra representa a sua capacidade prática e concreta de enfrentar as situações e os problemas.

O futuro da Europa depende da redescoberta do nexos vital e inseparável entre estes dois elementos. Uma Europa que não é capaz de se abrir à dimensão transcendente da vida, é uma Europa que corre o risco de perder lentamente a própria alma e também aquele “espírito humanista” que, todavia, ama e defende.

Precisamente a partir da necessidade de uma abertura à transcendência, desejo afirmar a centralidade da pessoa humana, que de outro modo estaria nas mãos das modas e poderes do momento. Neste sentido, considero fundamental não só o património que o cristianismo deixou no passado para a formação cultural do continente, como, sobretudo, a contribuição que pretende dar hoje e no futuro para o seu crescimento. Essa contribuição não constitui um perigo para a laicidade dos Estados e para a independência das instituições da União, sendo sim um enriquecimento. Isso é-nos indicado pelos ideais que a formaram desde o princípio, como são: a paz, a subsidiariedade, a solidariedade recíproca e um humanismo centrado no respeito da dignidade da pessoa.

(...) Estou igualmente convencido de que uma Europa capaz de apreciar as suas raízes religiosas, sabendo aproveitar a sua riqueza e potencialidade, pode ser também mais facilmente imune a tantos extremismos que se expandem no *Mundo* atual, também pelo grande vazio no âmbito dos ideais, como o vemos no assim chamado Ocidente, porque “é precisamente este esquecimento de Deus, ao invés da sua glorificação, o que gera a violência”.

[Ao Conselho da Europa:] Nesta lógica está o contributo que o *cristianismo* pode oferecer hoje ao desenvolvimento cultural e social europeu numa correta relação entre religião e

sociedade. Na visão cristã, razão e fé, religião e sociedade, são chamadas a iluminarem-se uma à outra, apoiando-se mutuamente e, se necessário, purificando-se reciprocamente dos extremismos ideológicos em que podem cair. Toda a sociedade europeia beneficiará com uma reavivada relação entre os dois âmbitos, tanto para enfrentar um fundamentalismo religioso, que é sobretudo inimigo de Deus, como para evitar uma razão «reduzida», que não honra o homem.

Manter viva a democracia na Europa

(...) Não estamos a esconder que uma conceção uniformadora da globalidade prejudica a vitalidade do sistema democrático, enfraquecendo o contraste rico, fecundo e construtivo, das organizações e dos partidos políticos entre si. Desta maneira, corre-se o risco de viver no reino da ideia, da mera palavra, da imagem, do sofisma... e acaba-se por confundir a realidade da democracia com um novo nominalismo político.

Manter viva a realidade das democracias é um desafio deste momento histórico, evitando que a sua força real – força política expressiva dos povos – seja deslocada em face das pressões de interesses multinacionais não universais, que as tornam mais débeis e as transformam em sistemas uniformadores de poder financeiro ao serviço de impérios desconhecidos.